

Causas Prováveis das Migrações Internas em Portugal na Década de Noventa

Maria de Nazaré Oliveira ROCA

e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa
mn.roca@fsh.unl.pt

Dulce PIMENTEL

e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa
dpimentel@fsh.unl.pt

Resumo

Uma análise de regressão múltipla que teve como variável dependente o saldo das migrações internas e como variáveis independentes a habitação, o desemprego e a densidade populacional revelou ter sido a habitação o factor que mais influenciou as migrações internas em Portugal, na segunda metade dos anos noventa. De facto, parece ser comum a mudança de residência sem que ocorra mudança do local de emprego. O emprego continua a concentrar-se nas cidades de grande e média dimensão, que cada vez mais estendem as áreas de movimentos pendulares diários, abrangendo espaços peri-urbanos e rurais. Este fenómeno parece, no entanto, ser mais forte no litoral ou em concelhos interiores próximos do litoral com rede viária moderna.

O desemprego não surge como um factor determinante das migrações internas. Parte dos desempregados emigra à procura de trabalho, quase sempre de carácter temporário no estrangeiro, principalmente em outros países da União Europeia, o que faz com que continuem registados como desempregados. Além disso, as áreas de maior taxa de desemprego são as interiores onde o rendimento complementar da agricultura de subsistência, bem como as redes sociais de apoio são ainda importantes sendo desvantajoso para os desempregados deixar a sua área de origem.

A nível nacional, a influência da densidade populacional parece ter sido neutralizada pela actuação de dois processos espaciais contrários: concentração e desconcentração urbana. Enquanto a concentração urbana

caracteriza as cidades médias do interior, a desconcentração urbana parece prevalecer nas grandes e médias cidades do litoral.

Palavras-chave: migrações internas, habitação, desemprego, densidade populacional, imigrantes internos, emigrantes internos

Abstract

A stepwise multiple regression analysis was run with net internal migration as the dependent variable and housing, unemployment rate and population density as independent variables. Its major outcome was that in the second half of the nineties the housing market seems to have been the crucial factor of internal migration in Portugal in a whole and in most of its regions. In fact, change of residence very often did not imply change of employment. Most of the job opportunities continued to be concentrated in cities that have been increasingly expanding their commuting areas integrating peri-urban and rural spaces. This process, however, it is likely to be occurring on the coast or in inner areas served by modern road networks.

On the other hand, unemployment did not prove to be a major cause of internal migration. This might be due to the fact that a considerable number of unemployed people emigrate temporarily, mainly to EU member-countries, continuing to be registered as unemployed. Moreover, the highest unemployment rates are registered in interior regions where self-subsistence family farming as well as social networks are still important, which all together make out-migration disadvantageous.

The ongoing processes of urban concentration and deconcentration seemed to have neutralized the influence of population density on internal migration at the national level. Furthermore, urban concentration prevails in mid-sized cities in the interior while deconcentration characterizes coastal medium-sized and large cities.

Key-words: internal migration, housing, unemployment, population density, in-migrants, out-migrants.

Résumé

Les auteurs présentent les conclusions d'une analyse de régression multiple dont la variable dépendante est le solde des migrations internes et les variables indépendantes le logement, le chômage et la densité de

population. C'est la question du logement qui a le plus influencé les migrations internes au Portugal à la fin des années 1990. Ainsi, on observe très fréquemment un changement de résidence sans qu'il y ait pour autant un changement du lieu de travail. L'emploi continue à se concentrer dans les villes grandes et moyennes, les mouvements pendulaires quotidiens s'étendent toujours plus loin et affectent des espaces périurbains et ruraux. Ce phénomène est particulièrement marqué sur le littoral et dans les concelhos de la première bande intérieure du pays, encore proche du littoral et desservi par un réseau routier moderne.

Le chômage semble ne pas être un facteur déterminant dans les migrations intérieures. Une partie des chômeurs émigre pour trouver un travail, presque toujours temporaire et à l'étranger, principalement dans les pays de l'Union Européenne ; aussi, continuent-ils à être recensés comme chômeurs. De plus, les espaces qui connaissent le plus grand taux de chômage sont ceux des régions intérieures où les revenus complémentaires issus de l'agriculture de subsistance, ainsi que les réseaux d'appui social, encore importants, rendent le départ peu avantageux pour ces chômeurs.

Au niveau national, l'influence de la densité de population semble avoir été limitée par l'action de deux processus spatiaux contraires: dans l'intérieur du pays, la concentration urbaine dans les villes moyennes ; sur le littoral, le « desserrement » urbain des villes grandes et moyennes.

Mots-clés : migrations internes, logement, chômage, densité de population, immigrés internes, émigrés internes.

Introdução

Na Europa, nas últimas décadas, as migrações internas demonstraram ser o factor mais significativo da dinâmica demográfica regional. Por um lado, nas regiões com saldo natural negativo, o êxodo populacional contribuiu para a iniciação ou intensificação do processo de despovoamento; por outro, em boa parte das regiões com crescimento demográfico, esse crescimento deveu-se principalmente ao saldo migratório positivo. Dessa maneira, as migrações internas desempenharam um papel importante na polarização existente entre regiões de densificação populacional e de despovoamento ou em risco de despovoamento (Comissão Europeia, 1995). Nas escalas continental e nacional, o último grupo inclui quase que exclusivamente espaços periféricos, enquanto que no primeiro grupo tanto se encontram áreas metropolitanas como regiões onde se localizam cidades médias, o que demonstra haver sinais de um desenvolvimento urbano mais policêntrico (Comissão Europeia, 1999).

Outros processos territoriais importantes, quase sempre intra-regionais, causados basicamente pelos movimentos migratórios, são a concentração e desconcentração urbanas. No entanto, a intensidade desses processos difere entre as diversas regiões europeias (Rees e Kupiszewski, 1999). Na Polónia, Roménia e nos países nórdicos, com excepção da Dinamarca, predomina o processo de concentração urbana, principalmente através da suburbanização ou re-urbanização por imigração mas, também se registam casos pontuais de desconcentração urbana (Kupiszewski e Heikkila et al., 2000). Os países da Europa do Sudoeste (incluindo Portugal), a Alemanha e os restantes países da Europa Centro-Oriental (Hungria, República Checa e Eslováquia), estão numa fase de transição entre a concentração e desconcentração urbanas, ou seja, registam, por um lado, perdas de população nas áreas rurais, pequenos centros urbanos e nas partes centrais das áreas metropolitanas e, por outro, crescimento dos centros urbanos médios e de alguns espaços peri-urbanos (Rees e Carrilho et al., 1998; Kupiszewski e Bucher et al., 1998). Por último, nos países da Europa Norte-Occidental predomina a desconcentração urbana, com o crescimento populacional de áreas peri-urbanas ou de pequenas cidades ou mesmo de zonas rurais (contra-urbanização¹) mas, em paralelo, verifica-se o repovoamento das áreas centrais das regiões metropolitanas (Rees e Imnhoff et al., 1998).

A diversificação das dinâmicas territoriais relacionadas com as migrações internas são um reflexo da acção, raramente isolada, de factores complexos e multidimensionais. Assim, enquanto que, até aos anos sessenta, os factores de ordem económica (nível de rendimentos, mercado de trabalho, desemprego, etc.) eram considerados como os mais importantes para explicar a decisão de migrar, nas últimas décadas do século XX, factores não-económicos passaram a ser, também, importantes. Entre estes últimos figura a oferta e procura de habitação bem como os custos diferenciais de infra-estruturas necessários a empreendimentos nesse sector (ESPON, 2003; Rees, Todisco et al., 1997; Kupiszewski, Drbohlav et al., 1997; Kupiszewski e Baccaïni et al., 2000). Os factores ambientais, têm-se tornado cada vez mais importantes devido, por um lado, à necessidade de cumprimento de normas comunitárias relacionadas com os diversos tipos de áreas protegidas e, por outro, à procura de melhor qualidade ambiental por parte da população, o que influencia tanto a localização de actividades económicas como de habitação (Comissão Europeia, 1999). As políticas públicas territoriais destacam-se pelos efeitos da aplicação dos diversos instrumentos

¹ Contra-urbanização (*counterurbanization*) segundo Fielding (1994: 297), consiste num padrão de redistribuição populacional em que as populações dos grandes aglomerados entram em declínio (ou estagnam) devido às perdas líquidas resultantes da migração, ao passo que os aglomerados mais pequenos - "independentes" - vêem as suas populações aumentar graças aos ganhos líquidos resultantes dessas mesmas migrações (...).

de planeamento do território que condicionam, também, a localização de actividades e de habitação, tanto a nível local como a nível regional. Por fim, não se deve deixar de mencionar as políticas sectoriais como, por exemplo: as fiscais que podem incentivar a fixação de população através de benefícios para habitação e/ou início de actividade; as educacionais, através de medidas de descentralização do ensino superior; o sector do turismo, por exemplo, o cultural que condiciona a expansão de zonas habitacionais dentro ou próximo de centros históricos bem como os *ressorts* turísticos no litoral e em áreas de montanha. O peso dos factores económicos e não-económicos varia entre as regiões europeias e conforme a escala geográfica sendo que, em geral, os económicos ainda são considerados os que prevalecem nas migrações inter-regionais/de longa distância, os ambientais nas intra-regionais/de média distância e os factores relacionados com o mercado imobiliário nas migrações locais/de curta distância. É, também, importante frisar que as migrações acabam por influenciar o crescimento económico bem como a dinâmica e estrutura populacionais dos territórios de origem e de destino, incluindo o sector imobiliário.

Outro aspecto importante da problemática das migrações internas é que as etapas do ciclo de vida estão associadas a diferentes tipos de migrações internas, tanto no que diz respeito à distância como às suas causas. Assim, os jovens prevalecem nas migrações inter-regionais cujo destino são as áreas metropolitanas ou cidades médias e são motivados por razões económicas (oportunidades de emprego) e educacionais. Os adultos com filhos menores mudam para áreas suburbanas ou peri-urbanas das regiões metropolitanas, dentro da zona dos movimentos pendulares diários à procura de melhor qualidade de vida e/ou habitações mais baratas. Por fim, os idosos, ainda activos ou já reformados, podendo deslocar-se tanto dentro como entre regiões, procuram áreas com boas condições climáticas ou/e bons equipamentos de saúde e lazer, ou retornam à sua área de origem (Rodriguez, et al., 1998; Williams e Patterson, 1998).

Em Portugal, dois estudos sobre as migrações no período que vai dos anos sessenta aos oitenta (Ferrão, 1996; Rees, Carrilho et al, 1999) concluíram que as regiões metropolitanas do Porto e Lisboa tinham nitidamente passado de um processo de concentração urbana no início do período para um de desconcentração urbana, no final desse período. Contudo, não foram as zonas suburbanas e peri-urbanas dessas metrópoles as únicas áreas ganhadoras em termos demográficos mas, também, outras cidades pequenas e médias do litoral e, mesmo do interior. Por outro lado, vastas áreas do interior ficaram em risco de despovoamento devido à dupla acção do crescimento natural e migratório negativos.

Nos anos noventa, as migrações (internas e externas) reforçaram o seu papel de componente mais importante da dinâmica populacional (Roca e

Pimentel, 2004). Verificou-se, por um lado, a continuação da concentração do crescimento demográfico no litoral, principalmente, em zonas suburbanas e peri-urbanas e, por outro, a expansão dos espaços de declínio populacional, no interior rural, nomeadamente nas zonas montanhosas e fronteiriças. Uma situação específica diz respeito à diminuição da população das áreas mais centrais e de alguns subúrbios mais antigos das regiões metropolitanas de Lisboa e do Porto. Contrabalançando esses efeitos negativos, o crescimento migratório positivo contribuiu para: (i) atenuar o decréscimo populacional de áreas consideravelmente extensas do interior rural; (ii) o crescimento, embora fraco, das cidades médias do interior; (iii) o crescimento por imigração das áreas rurais e peri-urbanas litorais, que compensou a desvitalização natural desses espaços.

Contudo, há indícios que as migrações externas tiveram um peso maior nos saldos migratórios positivos da grande maioria das regiões portuguesas do que as migrações internas. Um deles é que, na segunda metade dos anos noventa,² em catorze das trinta regiões portuguesas, correspondendo maioritariamente às regiões interiores do Continente bem como às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, registaram-se saldos migratórios internos negativos, enquanto que, no período 1991-2001, apenas quatro delas apresentaram saldos migratórios gerais também negativos (Roca e Pimentel, 2004).

Assim, vale a pena analisar com maior detalhe os fluxos migratórios internos pois parece que contribuíram para que a polarização espacial fosse a tendência dominante a várias escalas e não apenas para reforçar a dicotomia: litoral - territórios de imigração e interior - territórios de emigração.

1. Objectivos e considerações metodológicas

Neste artigo procura-se concretizar os seguintes objectivos: (i) determinar o peso das migrações intraconcelhias e interconcelhias; (ii) identificar os territórios com os saldos migratórios mais significativos; (iii) identificar os principais territórios de destino e de origem dos migrantes; (iv) testar hipóteses sobre os factores que possivelmente influenciam os saldos migratórios internos em Portugal.

Analisam-se os fluxos migratórios a dois níveis: NUTS (II e III) e concelho. O período de análise abrange os fluxos migratórios entre 1 de Janeiro de 1996 e 12 de Março de 2001, ou seja o momento censitário. No entanto, a intensificação e direcção dos movimentos registados podem não espelhar a realidade uma vez que não é tida em conta a

² Não há dados disponíveis para o cálculo dos saldos das migrações internas para todo o período intercensitário 1991-2001, mas apenas para o período entre 1996 e 12 de Março de 2001.

mortalidade dos migrantes, facto cada vez mais importante pois nas migrações internas, além dos jovens e jovens adultos que anteriormente predominavam, incluem-se cada vez mais grupos etários no final da vida economicamente activa ou em idade pós-activa. Por outro lado, também não foram considerados os migrantes que saíram do concelho actual de residência após 1995 mas a ele regressaram antes do Recenseamento da População de 2001. Por último não foram, também, registados movimentos de pessoas que se encontravam no estrangeiro temporaria ou permanentemente e que, antes de partir, mudaram de concelho depois de 1995. Tudo isso somado pode levar a crer que o volume das migrações internas na segunda metade da década de noventa pode ter sido subestimado.

Escolheu-se utilizar o indicador básico “peso relativo dos saldos migratórios na população residente da unidade territorial” porque a análise centra-se na importância das migrações e as suas causas no desenvolvimento dos diversos territórios sejam eles regiões/concelhos, litorais/urbanos/centrais ou interiores/rurais/periféricos. Assim, a utilização de valores relativos parece ser a mais apropriada.

Além do indicador “saldo migratório” foram, também, utilizados os indicadores “imigrantes de um território no total de imigrantes no país (por mil)” e “emigrantes de um território no total de emigrantes no país (por mil)” a fim de se determinar os principais concelhos de origem e destino dos migrantes.

Para testar as hipóteses sobre as prováveis causas das migrações internas, foi realizada uma análise de regressão múltipla³ cujas variáveis foram escolhidas com base na resenha de literatura da introdução e nos resultados da análise dos saldos migratórios apresentados neste artigo. As variáveis são as seguintes:

Variável dependente: saldo migratório interno 1996-2001 em relação à população média residente no período 1991-2001 (por mil). Variáveis independentes: taxa de desemprego média do período 1991-2001; percentagem de alojamentos para residência habitual em edifícios construídos entre 1996 e 2001 no total de alojamentos; densidade populacional média do período 1991-2001.

Não se pode deixar de mencionar que os resultados da regressão múltipla estão condicionados pelo facto de não haver dados disponíveis sobre a variável idade. Como já foi mencionado, esta variável é cada vez

³ O tipo de regressão múltipla escolhido foi a “stepwise”, ou seja, na primeira etapa da análise entra a variável independente com maior correlação com a variável dependente; na segunda etapa a segunda variável com maior correlação e assim por diante. Só entram na análise as variáveis estatisticamente significativas. O método utilizado para a execução da regressão múltipla foi o dos quadrados mínimos (Blalock, 1972).

mais importante pois os diversos tipos de migrações estão associados às diversas etapas do ciclo de vida dos indivíduos e das suas famílias.

Na análise, apresentada a seguir, fica demonstrado que: a) há diferenças consideráveis nos valores e distribuição geográfica dos saldos migratórios; b) predominam as migrações inter-concelhias dentro das NUTS II e das NUTS III. Consequentemente, optou-se por realizar a análise de regressão múltipla a nível do país e a nível das NUTS II, aqui denominadas grandes regiões e das NUTS III, aqui denominadas regiões, sendo consideradas as que tinham nove ou mais concelhos.⁴

2. Análise

Entre 1996 e 2001, 1 370 894 pessoas ou seja 13,6% da população de Portugal migrou de outro concelho ou de uma freguesia do actual concelho de residência.⁵ Apesar de terem predominado ligeiramente (690 224 ou 50,4%), os migrantes intra-concelhios, apenas suplantavam os migrantes inter-concelhios em 84 dos 308 concelhos (figura 1).

As únicas regiões onde predominavam as migrações intra-concelhias eram as situadas no Noroeste de Portugal Continental, em que apenas um ou dois concelhos registavam um número maior de migrantes interconcelhios.⁶ Nas restantes regiões, em todos os concelhos sedes de distrito, com excepção de Bragança e Castelo Branco, os migrantes intra-concelhios superavam numericamente os inter-concelhios. Era, também, o caso dos seguintes concelhos com população entre os 20 000 e 100 000 habitantes: Chaves, Lamego, Águeda, Anadia, Figueira da Foz, Oliveira do Hospital, Peniche, Abrantes, Tomar, Torres Novas, Elvas, Lagos, Olhão, Tavira, Angra do Heroísmo e Santa Cruz. A grande maioria desses municípios apresentava saldos migratórios negativos. Quanto ao Grande Porto e à Grande Lisboa, apenas os concelhos mais centrais, Porto, Matosinhos e Lisboa, também repulsores de população, pertenciam ao grupo de concelhos com predominância de migrantes intra-concelhios.

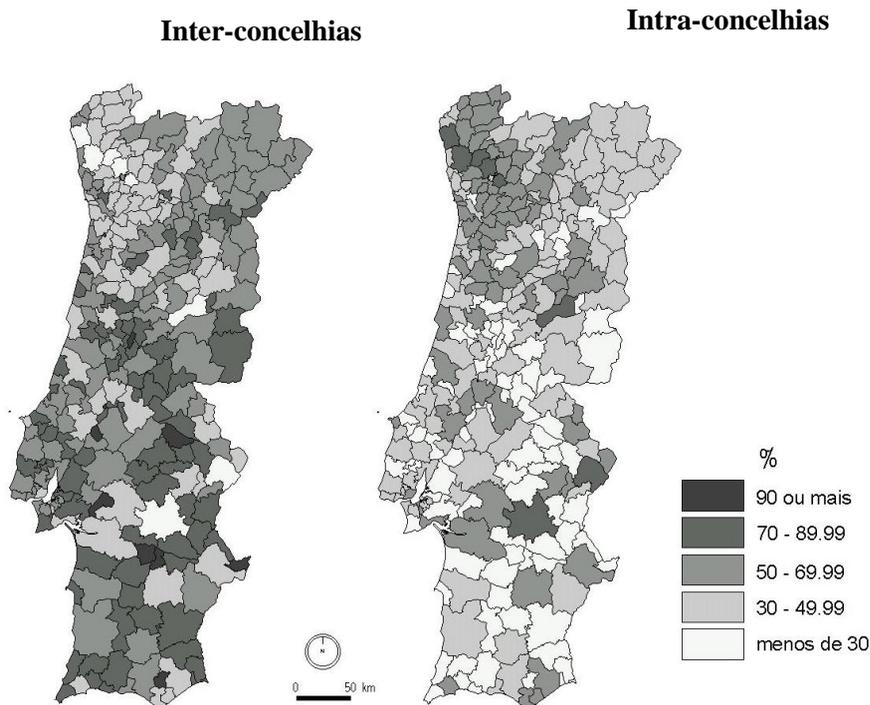
Assim, vale a pena analisar com maior detalhe as migrações inter-concelhias uma vez que predominavam na maior parte do território português.

⁴ O número mínimo de casos (concelhos) para que se pudesse realizar a análise de regressão múltipla era nove pois esse número deve ser, pelo menos, três vezes maior do que o número de variáveis independentes (Blalock, 1972).

⁵ Não está incluída a mudança de residência dentro da actual freguesia de residência.

⁶ Eram eles, concelhos de Caminha e Vila Nova de Cerveira, no Minho-Lima; Esposende e Terras de Bouro, no Cávado; Vizela e Trofa, no Ave; Modim de Basto e Ribeira da Pena, no Tâmega; São João da Madeira, em Entre Douro e Vouga.

Figura 1 - Migrações inter-concelhias e intra-concelhias no total das migrações internas (1996-2001)



Fonte: Censos da População 2001.

2.1. Saldos das migrações internas de regiões e concelhos

Em **Portugal**, na segunda metade da década de noventa, havia um equilíbrio entre regiões de atracção e de repulsão da população (quadro 1).⁷ De facto, três NUTS II e catorze NUTS III pertenciam ao primeiro grupo e, respectivamente, quatro e dezasseis ao segundo grupo. Havia, também equilíbrio a nível concelhio uma vez que 144 concelhos tinham saldos migratórios positivos e 164 negativos havendo, de um modo geral, mais concelhos litorais no primeiro grupo e mais concelhos interiores no segundo grupo.

⁷ Os quadros encontram-se no fim do texto.

Ao nível das Grandes Regiões,⁸ ficou evidente que as migrações foram mais intensas no seu interior do que entre elas. De facto essas regiões registaram valores fracos para os saldos, tanto positivos como negativos. No primeiro grupo encontram-se o Centro e o Alentejo e no segundo o Norte, a Região de Lisboa e as Regiões Autónomas. A única excepção é o Algarve com um saldo migratório positivo de 18,58%, o que confirma que o poder de atracção dessa região continuou ou mesmo fortaleceu-se na década de noventa.

No litoral Norte, havia tanto regiões com saldos positivos (Cávado, Ave, Grande Porto e Entre Douro e Vouga) como com saldos negativos (Minho-Lima e Tâmega), ambos com pouca expressividade. Essa fraca importância relativa dos saldos migratórios deve-se ao facto de que, nos anos noventa, o saldo natural positivo continuou a ser o principal componente do crescimento demográfico das regiões litorais (Roca e Pimentel, 2004). Por outro lado as regiões interiores de Douro e Alto Trás-os-Montes registaram saldos migratórios negativos relativamente elevados.

Ao nível concelhio, no litoral, mais de metade dos concelhos (28 de 53) registaram saldos migratórios negativos, embora fracos na sua grande maioria (figura 2). Por outro lado, no interior todos os municípios tinham saldos negativos, com excepção de Bragança com um saldo positivo fraco. Destacavam-se, como concelhos de atracção demográfica, quase todos os concelhos suburbanos e peri-urbanos do Grande Porto⁹ e o concelho contíguo de Santa Maria da Feira bem como os novos concelhos de Vizela e Trofa, no Ave. Como áreas de repulsão, sobressaíam os concelhos interiores ao longo do Douro,¹⁰ alguns concelhos de Alto Trás-os-Montes,¹¹ Alto Tâmega e Alto Cávado¹² mas, também, os concelhos de Porto e Espinho, respectivamente o primeiro e o quarto saldo migratório negativo mais forte do país.

No Centro, as regiões litorais de Baixo Vouga, Pinhal Litoral, Médio Tejo e Oeste, bem como as interiores de Dão-Lafões, Beira Interior Sul e Pinhal Interior Norte apresentavam saldos migratórios positivos. Por outro lado, a Beira Interior Norte, Cova da Beira, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul mas, também, o Baixo Mondego tinham saldos negativos. Os saldos migratórios positivos eram mais fortes do que os negativos. A única excepção foi o Baixo Mondego que apresentava um saldo negativo bastante

⁸ Neste artigo, utiliza-se a classificação e delimitação das NUTS II e III que passou a vigorar através do Decreto-Lei nº. 244 de 5 de Novembro de 2002.

⁹ Maia, Valongo, Vila Nova de Gaia e Gondomar.

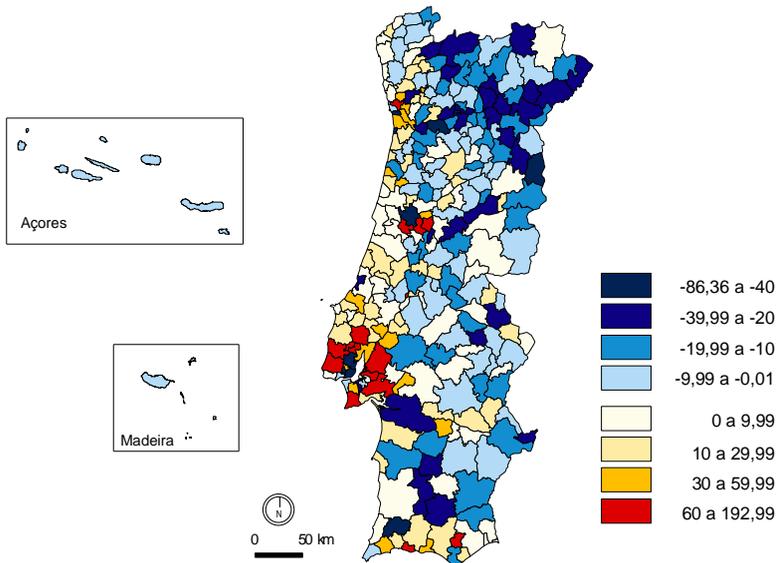
¹⁰ Mesão Frio, Peso da Régua, Lamego, Carrazeda de Ansiães, São João da Pesqueira, Alijó, Murça, Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé, Mogadouro e Miranda do Douro.

¹¹ Montalegre, Boticas e Vinhais.

¹² Cinfães, Baião, Castelo de Paiva, Cabeceiras de Basto e Terras de Bouro.

elevado. Entre as regiões de imigração destacavam-se o Oeste e o Pinhal Interior Norte¹³.

Figura 2 - Saldo migratório 1996-2001 (por mil habitantes no meio do período 1991-2001)



Fonte: Censos da População 2001.

Os concelhos do Centro que se destacavam pelos saldos positivos fortes são litorais ou próximos do litoral e com boas acessibilidades. São eles: os concelhos vizinhos ou próximos de Aveiro¹⁴ (o qual tem saldo negativo); os concelhos da área de influência de Coimbra (que perdeu população)¹⁵; os concelhos das partes central e sul da região Oeste¹⁶; os concelhos de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, no Médio Tejo. Por outro lado, com exceção de Coimbra e Nazaré, todos os concelhos que registaram saldos negativos fortes estão situados na Cordilheira Central ou a leste: Meda, Pinhel e Almeida, na Beira Interior Norte; Covilhã, na Serra da Estrela; Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pêra, no Pinhal Interior Norte

¹³ O Oeste apresentava o saldo positivo relativo mais elevado do país. O Pinhal Interior Norte surge em 4º lugar.

¹⁴ Ovar, Ílhavo e Albergaria-a-Velha.

¹⁵ Condeixa-a-Nova, Lousã, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares e Mealhada.

¹⁶ Torres Vedras, Caldas da Rainha, Lourinhã, Cadaval e, principalmente, Sobral de Monte Agraço, Alenquer e Arruda dos Vinhos.

bem como Oleiros e Mação, no Pinhal Interior Sul. Os concelhos do interior profundo que apresentavam saldos migratórios positivos, embora fracos, são cortados ou estão próximo de auto-estradas, itinerários principais ou complementares.¹⁷

Na Região de Lisboa, a Grande Lisboa apresentava um saldo negativo e a Península de Setúbal um saldo positivo. Ambos os valores estavam entre os maiores registados no país.

Embora houvesse cinco concelhos mais periféricos com saldo positivo,¹⁸ os concelhos de Oeiras, Lisboa, Loures e Amadora contribuíram para que a Grande Lisboa fosse uma região de repulsão demográfica, sendo que os três últimos estavam entre os municípios com maiores saldos negativos em Portugal. Por outro lado, de entre os nove concelhos da Península de Setúbal, seis tinham saldo positivo, destacando-se os concelhos mais periféricos de Palmela e Seixal e, principalmente, de Sesimbra e Alcochete, com o primeiro e segundo maiores saldos do país. Apenas Almada, Barreiro e Moita apresentavam saldos negativos.¹⁹

No Alentejo, a Lezíria do Tejo e o Alentejo Central atraíam população, enquanto que o Alentejo Litoral, Alto e Baixo Alentejo eram regiões de repulsão demográfica. Cabe assinalar que havia regiões que apresentavam saldos positivos ou negativos tanto com valores altos como baixos. De facto, enquanto que o saldo positivo da Lezíria do Tejo era relativamente forte, o do Alentejo Central era fraco. Por outro lado, o Alto Alentejo e, principalmente, o Baixo Alentejo apresentavam saldos bastante mais negativos do que o do Alentejo Litoral.

A nível concelhio, repete-se o mesmo padrão das regiões, não existindo a dicotomia: concelhos litorais - ganhadores de população e concelhos interiores – em perda populacional. De facto, tanto há municípios com saldos negativos relativamente altos no litoral²⁰ como no interior²¹. Os concelhos com saldos positivos mais expressivos localizam-se na Lezíria do Tejo²² mas, também, nas regiões mais interiores²³. Mas, talvez, o mais característico do Alentejo seja a prevalência de concelhos com saldos migratórios fracos, qualquer que seja o seu sinal. É de destacar que os concelhos com capitais de distrito tiveram saldos negativos, principalmente Portalegre. Santarém foi excepção, com um saldo positivo, mas próximo de

¹⁷ É o caso de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Fundão, Belmonte e Guarda, bem como dos concelhos da região de Dão-Lafões, na área de influência de Viseu: Pedrógão Grande, Carregal do Sal, Nelas, Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Sátão.

¹⁸ Cascais e, principalmente Mafra, Sintra, Odivelas e Vila Franca de Xira.

¹⁹ Apenas o saldo do Barreiro era relativamente elevado.

²⁰ Alcácer do Sal.

²¹ Portalegre, Fronteira, Alandroal, Aljustrel, Almodôvar, Barrancos e Ourique.

²² Salvaterra de Magos, Cartaxo, Alpiarça e, principalmente, Benavente.

²³ Arronches, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Alvito.

zero. Estas capitais de distrito devem ter perdido população para os concelhos limítrofes ou próximos, uma vez que estes concelhos registaram saldos positivos. Quase todos são ligados por auto-estradas ou itinerários principais ou complementares a essas capitais. Isto parece indicar a intensificação dos processos de suburbanização e/ou periurbanização dessas cidades médias, ou seja, Santarém, Portalegre, Évora e Beja.

O Algarve surge como uma típica região receptora de população. Assim, predominavam concelhos de imigração, havendo apenas quatro, num total de doze concelhos, que eram espaços de emigração. Eram eles os municípios interiores e serranos de Alcoutim e Monchique; o município com sede de distrito – Faro e um periférico – Vila do Bispo. Destacavam-se Monchique pelo saldo negativo forte e, ao invés com saldos positivos fortes, uma mancha quase contínua de concelhos litorais (Lagos, Portimão, Lagoa e Albufeira) e os concelhos contíguos de São Brás do Alportel e Olhão, limítrofes com Faro o que faz, também, supor que este concelho perdeu população para aqueles, dentro dos processos de sub e periurbanização.

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apresentavam saldos migratórios negativos. Apesar de nos Açores doze concelhos terem um saldo positivo, isso não foi suficiente para que seja uma região de imigração, uma vez que os concelhos onde se situam as duas maiores cidades do arquipélago, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo registaram saldos com valores negativos. Além dos concelhos limítrofes de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa, na ilha de S.Miguel e de Vila Praia da Vitória, na Ilha Terceira, outros municípios registaram saldos migratórios positivos bastante significativos. Foi o caso do Nordeste na ilha de São Miguel, da Madalena e São Roque do Pico, na ilha do Pico e Santa Cruz das Flores, na ilha das Flores. Quanto às ilhas com um único concelho, Santa Maria perdeu população, enquanto que as ilhas do Faial, da Graciosa e do Corvo registaram saldos migratórios positivos.

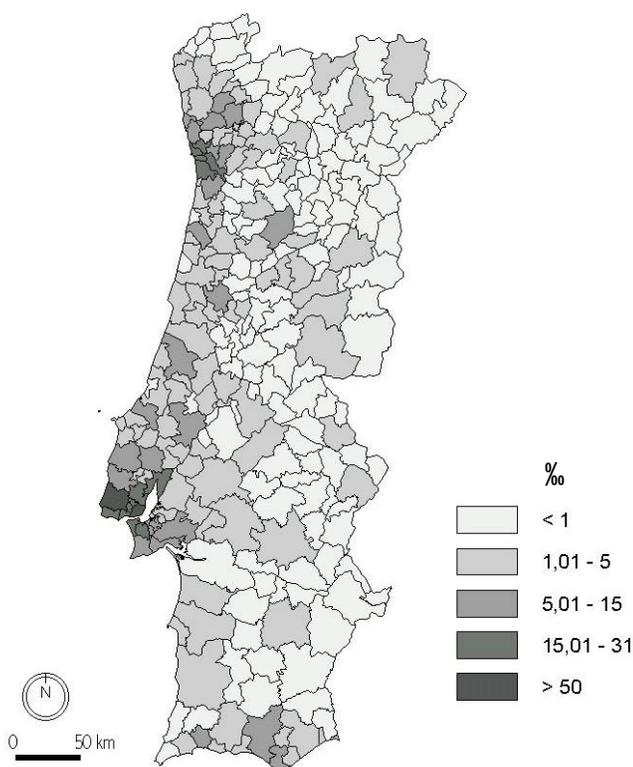
Na Madeira, quase todos os onze concelhos eram espaços de emigração, excepto Ponta do Sol e Santa Cruz sendo que este último concelho tinha o quarto maior saldo do país. Sendo Santa Cruz contíguo ao Funchal, o qual apresentou um saldo negativo, é de supor que se trate, também do processo de sub/periurbanização daquela cidade de mais de 100 000 habitantes.

2.2. Migrações internas inter-concelhias e inter-acção dos territórios

Observando as figuras 3 e 4, que mostram a repartição dos imigrantes e emigrantes internos no território nacional, pode-se concluir que, na segunda metade dos anos noventa, quase todos os concelhos de maior atracção eram, também, concelhos de maior repulsão de população, ou seja apresentavam

mais de cinco imigrantes ou emigrantes por mil residentes no território nacional. Tinham esses concelhos mais de 50000 e alguns mesmo mais de 100000 habitantes, sendo que neles se situavam cidades médias ou grandes. Compreendiam: no Noroeste, uma mancha contínua que cobre alguns concelhos litorais (Braga-Guimarães-Vila Nova de Famalicão), os concelhos do Grande Porto e os concelhos limítrofes, Paredes e Santa Maria da Feira; no Centro, os municípios onde se situam as cidades de Coimbra, Viseu, Aveiro e Leiria; os concelhos da Grande Lisboa e Península de Setúbal; Santarém, Faro e Funchal.

Figura 3 - Distribuição dos imigrantes por concelho (1996-2001)

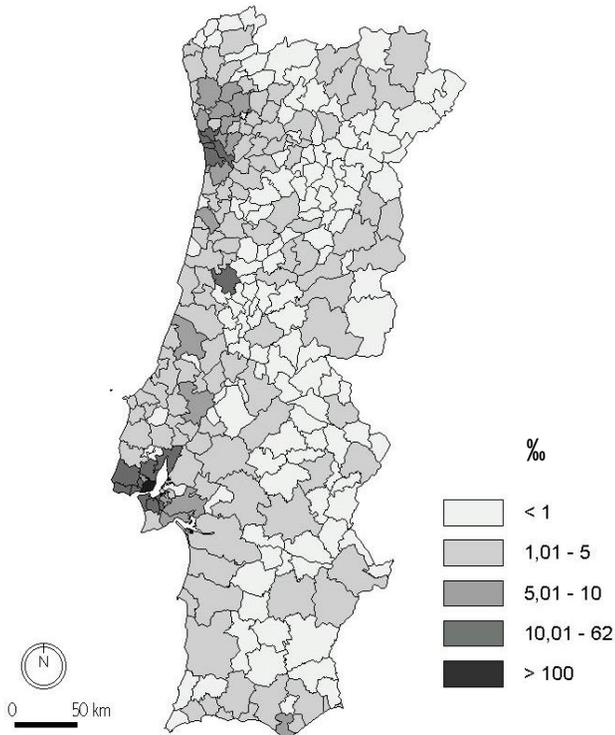


Fonte: Censos da População 2001.

Destacavam-se como concelhos apenas de emigração: Barcelos e Santo Tirso, contíguos às cidades médias de Braga-Guimarães-Vila Nova de Famalicão; Espinho, concelho periférico da AMP.

Surgem como concelhos de forte imigração, todos com menos de 50 000 habitantes: no Oeste, Caldas da Rainha e Alenquer; na Península de Setúbal, Sesimbra; no Algarve, Loulé e Portimão; na Madeira, Santa Cruz.

Figura 4 - Distribuição dos emigrantes por concelho (1996-2001)



Fonte: Censos da População 2001.

Assim, pode-se concluir que os concelhos litorais que se localizam em áreas metropolitanas, áreas peri-urbanas ou em regiões onde se situam cidades médias apresentavam um elevado grau de interação com outros territórios em relação aos movimentos migratórios uma vez que apresentavam, ao mesmo tempo, percentagens consideráveis de imigrantes e emigrantes. Por outro lado, com exceção de Viseu, era notória a pouca interação espacial de concelhos do interior do país, incluindo aqueles com

sedes distritais, como Bragança, Vila Real, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Évora e Beja.

2.3. Causas prováveis das migrações inter-concelhias

2.3.1 Resultados da regressão múltipla

Em Portugal, a nível concelhio a variável habitação demonstrou ser a única significativa na regressão múltipla, apresentando um coeficiente beta com valor positivo médio²⁴ (quadro 2). Contudo, essa variável sozinha explica menos de 30% da variação do saldo migratório. Mesmo quando se excluem da análise os concelhos do Grande Porto e da Grande Lisboa, onde se pressupõe que o factor habitação seja mais forte do que nos restantes concelhos, essa variável continua a ser a única significativa.

A nível das Grandes Regiões, verifica-se que, também, no Centro, Lisboa, Algarve e Madeira apenas a variável habitação está correlacionada positivamente com o saldo migratório, variando o grau de correlação entre médio, no caso do Algarve, médio a forte no caso do Centro e forte no caso da Madeira e de Lisboa registando-se, respectivamente, coeficientes de determinação de: 0,30; 0,48; 0,77 e 0,79²⁵. Os Açores, por sua vez, não apresentam nenhuma variável significativa.

No Norte, apesar da habitação continuar a ser a variável mais importante, com um grau de correlação médio a forte, a densidade populacional demonstra ser, também, significativa, com correlação inversa fraca. Essas duas variáveis juntas são responsáveis por quase metade da variação do saldo migratório. Contudo, quando se excluem os concelhos do Grande Porto a variável “densidade populacional” é substituída pela variável “desemprego” como a segunda mais importante com um grau de correlação entre fraco e médio, sendo que o coeficiente de determinação é de 0,45. Quando se desce ao nível das regiões, verifica-se que a variável habitação é a única significativa no caso das regiões litorais. As exceções são o Vale do Tâmega cuja única variável significativa com grau correlação forte é o desemprego que chega a explicar 54% da variação do saldo migratório. Por outro lado, a região do Douro apresenta duas variáveis significativas: densidade populacional e habitação²⁶. A primeira contribui mais do que a

²⁴ O coeficiente beta mede o grau de correlação de uma variável independente com a variável dependente, quando as outras variáveis independentes estão controladas (Blalock, 1972).

²⁵ O coeficiente de determinação mede a quantidade de variação da variável dependente que é explicada pela variável ou variáveis independentes. Nestes casos, seria, respectivamente: 30%, 48%, 77% e 79%.

²⁶ Ambas as variáveis têm graus médios de correlação.

segunda na variação do saldo migratório sendo que o coeficiente de determinação é 0,40. A outra região interior, Alto Trás-os-Montes, não apresenta nenhuma variável significativa.

No Centro, nas regiões litorais do Oeste e Médio Tejo, a habitação é a única variável significativa contribuindo, respectivamente para 43% e 38% da variação do saldo migratório²⁷. Por outro lado, o Baixo Vouga não apresentou nenhuma variável significativa. No interior, a análise para a região de Dão-Lafões deu como resultado a densidade populacional como variável significativa, com uma correlação positiva média a forte com o saldo migratório, mas que explica apenas 37% de sua variação. O Pinhal Interior Norte apresenta a variável habitação como a mais importante (correlação forte), seguida da densidade populacional (correlação positiva fraca) sendo que ambas contribuem para 93% da variação do saldo migratório. Por outro lado, a análise de regressão para a região raiana da Beira Interior Norte não apresentou nenhuma variável significativa.

Na Grande Lisboa e Península de Setúbal, ficou demonstrado ser a habitação a única variável significativa com correlações, respectivamente forte ou muito forte, sendo que no caso da primeira região o coeficiente de determinação é de 0,55 e na segunda é de 0,93.

No Alentejo a variável desemprego foi a mais importante seguida da variável habitação ambas com graus de correlação entre fraco e médio. No entanto, essas duas variáveis juntas contribuem apenas com 17% para a variação do saldo migratório. Somente nas análises de regressão para o Alto Alentejo e a Lezíria do Tejo a habitação é a única variável significativa. Nas restantes regiões - Baixo Alentejo e Alentejo Central - nenhuma variável é significativa.

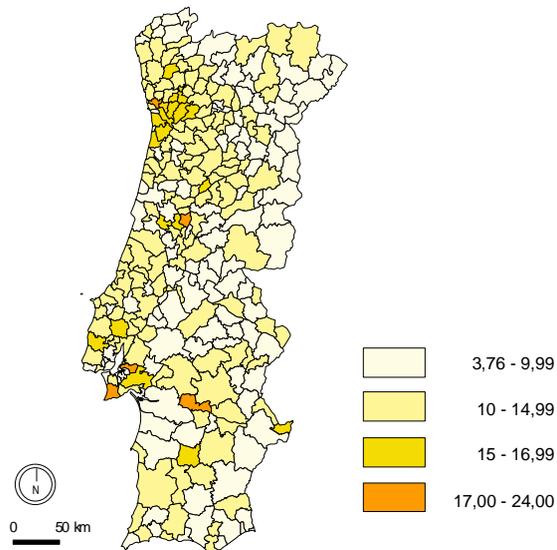
2.3.2. Interpretação dos resultados

A principal ilação retirada da análise de regressão múltipla é que a procura e oferta de habitação é o factor mais importante para a determinação da intensidade dos fluxos migratórios internos, tanto a nível nacional como regional. A importância da habitação é claramente maior nas regiões do litoral, sobretudo no Algarve, nas áreas suburbanas e, principalmente peri-urbanas das cidades do Porto, Lisboa, Braga e Coimbra (figura 5). Em Portugal, a reabilitação do parque imobiliário das partes centrais e/ou antigas das cidades é ainda pouco significativa e conseqüentemente, o segmento do

²⁷ Ambas as regiões apresentam graus de correlação entre médio e forte.

arrendamento também é fraco²⁸. Assim, a procura de novas habitações parece ter-se tornado o principal factor motivador da decisão de migrar para áreas suburbanas e peri-urbanas em Portugal. Esta decisão deve estar relacionada com os seguintes aspectos: restrições de edificação nas partes centrais das cidades grandes e médias bem como as diferenças entre a extensão de áreas urbanizáveis nos PDM, condicionados pelas RAM e REM; aumento das exigências por parte da população quanto à dimensão do espaço habitacional e à melhor qualidade de vida; expansão da área de movimentos pendulares relacionada com uso cada vez mais frequente do automóvel nas deslocações casa-trabalho e ao facto da mudança de residência não implicar mudança de emprego uma vez que predominam as bolsas locais de emprego (Costa e Costa, 2003).

Figura 5 - Alojamentos em edifícios construídos entre 1996 e 2001 (%)



Fonte: Censos da População 2001.

Uma constatação da análise dos saldos migratórios que parece comprovar estas ideias é que quase todos os concelhos onde se localizam cidades grandes ou médias, principalmente no litoral, são áreas de emigração, e os concelhos peri-urbanos são áreas de imigração relativamente forte. Não se pode esquecer, também, que o período entre 1996 e 2001 registou uma verdadeira expansão do sector imobiliário que teve como um

²⁸ O que é comprovado por dados recentes que mostram ser Portugal o país da União Europeia com maior número de novas habitações (informação contida na edição do semanário Expresso de 14 de Março de 2004).

dos principais factores impulsionadores as baixas taxas de juro para a habitação o que possibilitou, ao mesmo tempo, à população de rendimentos mais baixos habitar em urbanizações e às camadas mais favorecidas da população residir em condomínios horizontais fechados nos concelhos suburbanos e, principalmente, peri-urbanos (Ferreira, 2001).

O facto da grande maioria das migrações internas terem sido intra-regionais, nomeadamente de haver concelhos contíguos com saldos migratórios de sinal oposto pode, também, explicar a importância da variável habitação uma vez que, como foi demonstrado na resenha de literatura na introdução, os factores não-económicos, marcadamente a habitação, têm um papel preponderante nas migrações de menor distância. Isto pode também explicar o facto dos factores económicos, aqui representados pela taxa de desemprego, não serem dos mais relevantes como factores condicionantes das migrações internas, excepto no caso do Norte sem o Grande Porto e do Alentejo. Contudo, mesmo nessas regiões, esta variável tem um grau de correlação negativa entre o fraco e médio com o saldo migratório e explica pouco a sua variação.

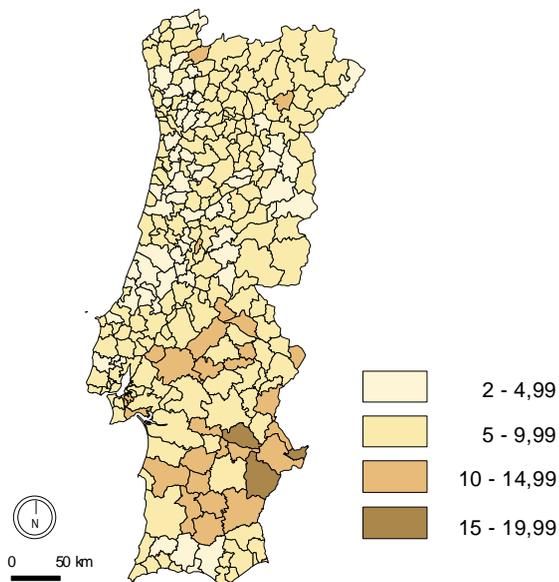
Já Rees, Carrilho et al (1999), quando analisaram as migrações internas em Portugal, nos períodos 1979-81 e 1989-91, encontraram uma correlação negativa fraca entre a taxa de desemprego e o saldo migratório. Apontam entre as razões para isso, que “...*social support systems may provide little incentive to register or report unemployment...*” e, também, que “...*migration streams established in the past as chain migrations of family members continue independently of “objective” labour market conditions*” (Rees, Carrilho et al, 1999: 45-46).

No caso da segunda metade da década de noventa, verifica-se que as maiores taxas de desemprego (no sentido lato)²⁹ correspondiam a concelhos de Alto Trás-os-Montes, Douro e, principalmente, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (figura 6). Estes territórios têm população envelhecida, o que significa que a população desempregada provavelmente compreenderá um número considerável de pessoas nos grupos etários mais idosos da população activa, com pouca qualificação e/ou que pratica agricultura para autoconsumo, o que condiciona a procura de emprego fora do seu concelho e mesmo região de residência onde não poderiam contar com o apoio familiar e/ou de redes sociais locais. Pode argumentar-se que a relação entre migrações internas e desemprego poderia ser significativa para todo o território nacional se fossem apenas considerados os saldos migratórios e o desemprego dos grupos etários dos jovens e jovens adultos

²⁹ Segundo o INE, desempregado em sentido lato é o indivíduo com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, se encontrava, simultaneamente, nas situações seguintes: sem trabalho, ou seja, sem emprego, remunerado ou não; disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

que apresentam maior propensão para migrar. No entanto, é conhecido que os jovens, principalmente homens, dos territórios com maiores taxas de desemprego preferem emigrar para o estrangeiro do que para outros territórios do país devido à possibilidade de auferirem maiores rendimentos. O que é semelhante à suposição de Rees et al (1999: 45) de que “...a large proportion of those who, in the absence of a well developed emigration system, would «sign on» as unemployed, are in fact employed abroad”, e parece continuar a ser provável nos anos noventa pois, como é sabido, alguns desses territórios com taxas relativamente altas de desemprego tornaram-se áreas de atracção de população estrangeira pois apresentam carência de mão-de-obra, principalmente nos sectores agrícola e de construção e obras públicas (Roca, 2003; Fonseca, 2004).

Figura 6 - Taxa Média de Desemprego 1991-2001 (%)

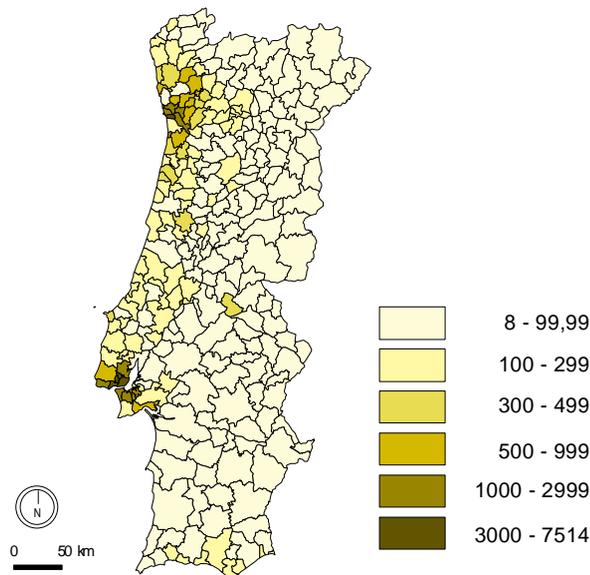


Fonte: Censos da População 1991 e 2001.

Também a densidade populacional não foi uma variável significativa a nível do país e das regiões, excepto no caso do Norte e de uma de suas regiões (Douro) e de duas regiões do Centro (Pinhal Interior Norte e Dão-Lafões). A essas regiões podem juntar-se outras, no litoral e no interior, que apesar da densidade populacional não ter entrado como variável significativa na regressão múltipla tiveram correlações entre média e forte (figura 7). Distinguem-se dois grupos de regiões: um com correlações negativas e outro

com correlações positivas. No primeiro grupo, ou seja, de desconcentração urbana (provavelmente peri-urbanização), encontram-se o Grande Porto, o Douro, a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, cujas principais cidades apresentam saldos migratórios negativos. O segundo grupo, ou seja, de concentração urbana (provavelmente suburbanização), abrange as regiões do Tâmega, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Médio Tejo. Nessas regiões, os concelhos de maior densidade eram exactamente os que apresentavam os maiores saldos positivos.

Figura 7 - Densidade Populacional Média 1991-2001 (hab/km²)



Fonte: Censos da População 1991 e 2001.

3. Considerações finais

Não há dicotomia nítida entre regiões/concelhos do interior, emissores e regiões/concelhos do litoral receptores de população. Em verdade, os territórios com maiores saldos migratórios, tanto positivos como negativos, localizam-se no litoral, o que demonstra haver uma maior interacção entre concelhos do que no interior. O interior caracteriza por apresentar, em geral, concelhos com saldos negativos fortes e saldos positivos fracos o que demonstra um fraco grau de interacção espacial.

A habitação é o factor que mais influencia o volume das migrações internas. De facto, parece ser comum a mudança de residência acontecer sem a mudança do local de emprego, que continua a concentrar-se nas grandes e médias cidades. Estas, cada vez mais, estendem as suas áreas de movimentos pendulares diários, abrangendo espaços peri-urbanos e rurais. Este fenómeno parece, no entanto, ser mais forte no litoral ou em concelhos interiores próximos do litoral com rede viária moderna, constituída por auto-estradas e itinerários principais e complementares.

O desemprego não parece ser um factor determinante das migrações internas. Por um lado, boa parte dos desempregados emigra à procura de trabalho, quase sempre de carácter temporário no estrangeiro, principalmente em outros países da União Europeia, o que faz com que continuem registados como desempregados. Por outro, as áreas de maior taxa de desemprego são as interiores, onde o rendimento complementar da agricultura de subsistência, bem como as redes sociais de apoio são ainda importantes, sendo desvantajoso para os desempregados deixar a sua área de origem. No entanto, é de destacar o Vale do Tâmega onde o desemprego parece ser uma forte causa das migrações internas.

No território nacional parecem ter ocorrido nos anos noventa dois processos espaciais contrários decorrentes, principalmente, das migrações internas: concentração urbana (urbanização e suburbanização) e desconcentração urbana (periurbanização). A desconcentração urbana parece prevalecer nas cidades grandes e médias do litoral e a concentração urbana caracteriza as cidades médias do interior. Isto pode ter neutralizado a influência da densidade populacional nas migrações internas a nível do país.

Contudo, não se pode deixar de mencionar que, a nível do país, as variáveis que entraram na regressão múltipla, explicam menos de um terço da variância do saldo migratório. O mais provável é que outras variáveis, entre elas a distância e, principalmente a idade, intervieram na relação entre as variáveis dependente e independentes (habitação, desemprego e densidade populacional).

Pode pressupor-se que a correlação entre o saldo migratório e a habitação é mais forte quando as migrações são de curta distância e quando se trata de adultos com filhos menores, que procuram habitações maiores/melhores ou mais baratas, sem necessariamente terem de mudar de emprego.

Provavelmente, a habitação teria também maior significância se a unidade de análise fosse a freguesia, uma vez que os contornos das áreas de movimentos pendulares e das quase coincidentes bolsas locais de emprego são mais definidos e precisos a essa escala.

Por outro lado, supõe-se que as pessoas já reformadas ou perto da reforma mudam-se para áreas que tanto podem ser próximas como distantes

do anterior lugar de residência, devido ao facto de regressarem à região natal ou escolherem áreas atractivas em termos ambientais e de equipamentos sociais. Assim, deveriam ser incluídas na regressão variáveis relacionadas com a qualidade de vida o que, se supõe, aumentaria o valor do coeficiente de determinação.

Quanto às migrações de jovens e jovens adultos, devem ser consideradas outras variáveis económicas, além do desemprego. Entre elas, podem figurar as oportunidades de emprego para pessoas com nível de ensino secundário e, principalmente, superior. De facto, tanto as actividades produtivas como as actividades não produtivas que requerem quadros qualificados ou altamente qualificados, ainda se concentram no litoral, principalmente na Região de Lisboa e do Porto³⁰. Portanto, pode-se pressupor que os jovens com um nível elevado de instrução prevalecem nas migrações de longa distância.

Seria, também, interessante realizar uma regressão não-linear com as variáveis saldo migratório e densidade populacional. De facto, observando-se gráficos de dispersão dessas duas variáveis parece que, em algumas regiões, a curva é polinomial, ou seja, a relação entre saldo migratório e densidade populacional começa por ser directa, ou seja, quanto maior for a densidade populacional maior é o saldo migratório, até os valores médios dessa última variável para depois tornar-se inversa nas densidades mais elevadas.

Não obstante as sugestões aqui apresentadas, qualquer investigação mais aprofundada sobre as migrações internas em Portugal é dificultada por não estarem disponíveis dados censitários sobre a idade e nível de instrução dos migrantes, bem como sobre a direcção dos fluxos.

Bibliografia

- BLALOCK, H. M. (1972), *Social Statistics*, McGraw-Hill Company, New York.
- CHORINCAS, J. (2003), *Dinâmicas regionais em Portugal: demografia e investimentos*, Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério das Finanças, Lisboa.
- COMISSÃO EUROPEIA (1995), *Europa 2000+: Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu*, Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- COMISSÃO EUROPEIA (1999), *EDEC: Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário: Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável da EU*, Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- COSTA, N. M.; COSTA E. M. (2003), "Acessibilidades e configuração de bacias de emprego no território nacional", *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional* (in print), APDR, Coimbra.

³⁰ Não se deve esquecer, no entanto, que a expansão do ensino universitário e politécnico às cidades médias do litoral e do interior deve já ter tido como efeito a fixação de, pelo menos, parte dos jovens com esse grau de ensino (Chorincas, 2003).

- ESPON (2003), *The spatial effects of demographic trends in migration*, European Spatial Planning Observation Network. (Second Interim Report) (http://www.espon.lu/online/documentation/projects/thematic/thematic_75.html)
- FERRÃO, J. (1996), "A Demografia Portuguesa", *Cadernos do Público*, n.º 6, Público, BPI, Lisboa.
- FERREIRA, M. J. (ed.) (2001), *Condomínios Habitacionais Fechados. Utopias e Realidades*, n.º4, e-GEO (Série Estudos), Lisboa.
- FIELDING, A. J. (1994), "Contra-urbanização: Ameaça ou Benção?", in PINDER, D. (ed.), *Europa Ocidental - Desafios e Mudanças*, Celta Editora, Oeiras, pp. 295-313.
- FONSECA, L. et al (2004), *Reagrupamento familiar e imigração em Portugal: relatório preliminar*. (Documento não publicado)
- KUPISZEWSKI, M.; BACCAÏNI, B. et al. (2000), "Internal migration and regional population dynamics in Europe: France case study", *Working Paper 00/03*, School of Geography, University of Leeds, Leeds.
- KUPISZEWSKI, M.; BUCHER, H. et al. (1998), *Internal migration and regional population dynamics in Europe: Germany case study*, Report prepared for the Council of Europe (Directorate of Social and Economic Affairs, Population and Migration Division) and for the European Commission (Directorate General V, Employment, Industrial Relations and Social Affairs, Unit E1, Analysis and Research on the Social Situation).
- KUPISZEWSKI, M.; DRHBOLAV, D., REES, P. (1997), "Internal migration and regional population dynamics in Europe: Czech Republic case study", Working paper 96/1, School of Geography, University of Leeds, Leeds.
- KUPISZEWSKI, M.; HEIKKILA, E. et al. (2000), *Internal migration and regional population dynamics in Europe: Finland case study*, Report prepared for the Council of Europe (Directorate of Social and Economic Affairs, Population and Migration Division) and for the European Commission (Directorate General V, Employment, Industrial Relations and Social Affairs, Unit E1, Analysis and Research on the Social Situation).
- REES, M; IMNHOFF, E. et al. (1998), *Internal migration and regional population dynamics in Europe: Netherlands case study*, Report prepared for the Council of Europe (Directorate of Social and Economic Affairs, Population and Migration Division) and for the European Commission (Directorate General V, Employment, Industrial Relations and Social Affairs, Unit E1, Analysis and Research on the Social Situation).
- REES, P. H.; TODISCO, V. et al (1998), "Internal migration and regional population dynamics in Europe: Italy case study", *Essays* n.º 3, Instituto Nacional de Estatística, Roma.
- REES, P.H. e KUPISZEWSKI, M. (1999), "Internal migration and regional population dynamics in Europe: a synthesis", *Population Studies* No. 32, Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- REES, P.H., CARRILHO, M., et al. (1998), *Internal migration and regional population dynamics in Europe: Portugal case study*. Report prepared for the Council of Europe (Directorate of Social and Economic Affairs, Population and Migration Division) and for the European Commission (Directorate General V, Employment, Industrial Relations and Social Affairs, Unit E1, Analysis and Research on the Social Situation).
- ROCA, M. N. O. (2003), "O papel da imigração na dinâmica populacional: um contributo para o estudo da sustentabilidade demográfica das regiões portuguesas", *Estudos Regionais - Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, INE/APDR, Lisboa, n.º 4, pp. 5-38.
- ROCA, M. N. O.; PIMENTEL, D. (2004): "Dinâmicas populacionais e desenvolvimento do território nos anos noventa", *Actas do IV Congresso da Geografia Portuguesa 2001*. (em CD-Rom) (http://e-geo.fcsh.unl.pt/pdf/cgp_2001_roca_pimentel_%20website.pdf)
- RODRIGUEZ, V. et al (1998), "European retirees on the Costa del Sol: a cross-national comparison", *International Journal of Population Geography*, vol. 4, n.º 2, pp. 183-200. (Special Issue)
- WILLIAMS, A. M.; PATTERSON, G. (1998), "An empire lost but a province gained: a cohort analysis of British international retirement in Algarve", *International Journal of Population Geography*, vol. 4, n.º 2, pp. 183-200. (Special Issue).

Quadro 1 - Saldo migratório no período 1996-2001 em relação à população média do período 1991-2001 (por mil)

REGIÃO	Saldo migratório	
	Nº	%
NORTE¹	-3293	-0,92
Minho-Lima (10)	-82	-0,33
Cávado (6)	2066	5,54
Ave (8)	547	1,12
Grande Porto (9)	2335	1,92
Tâmega (15)	-2907	-5,48
Entre Douro e Vouga (5)	1815	6,86
Douro (19)	-4654	-20,21
Alto Trás-os-Montes (14)	-2413	-10,52
CENTRO	11064	4,80
Baixo Vouga (12)	3213	8,73
Baixo Mondego (8)	-5130	-15,33
Pinhal Litoral (5)	2446	10,29
Pinhal Interior Norte (14)	2260	16,26
Dão-Lafões (15)	1248	4,39
Pinhal Interior Sul (5)	-506	-10,59
Serra da Estrela (3)	-346	-6,66
Beira Interior Norte (9)	-1301	-11,13
Beira Interior Sul (4)	30	0,38
Cova da Beira (3)	-926	-9,92
Oeste (12)	8878	27,19
Médio Tejo (10)	1198	5,35
LISBOA	-14768	-5,70
Grande Lisboa (9)	-29498	-15,41
Península de Setúbal (9)	14730	21,74
ALENTEJO	1440	1,85
Alentejo Litoral (5)	-428	-4,31
Alto Alentejo (15)	-960	-7,34
Alentejo Central (14)	558	3,22
Baixo Alentejo (13)	-1430	-10,28
Lezíria do Tejo (11)	3700	15,62
ALGARVE	6843	18,58
R. A. MADEIRA	-934	-3,75
R. A. AÇORES	-352	-1,47

Fonte: Censo da População 2001, INE.

Quadro 2 - Resultados da Regressão Múltipla. Variável Dependente: Saldo migratório no período 1996-2001 em relação à população média do período 1991-2001 (%).

REGIÃO	Variáveis Independentes			Coeficiente de Correlação múltipla	Coeficiente de Determinação Ajustado
	Alojamentos em edifícios construídos entre 1996 e 2001 (%)	Taxa Média de Desemprego 1991-2001 (%)	Densidade Populacional Média 1991-2001		
	Coeficiente Beta	Coeficiente Beta	Coeficiente Beta		
PORTUGAL	0,545**	-	-	0,545	0,295
PORTUGAL (sem Grande Porto e Grande Lisboa)	0,515**	-	-	0,515	0,262
NORTE¹	0,699**		--0,193*	0,710	0,492
Minho-Lima (10)	0,769**	-	-	0,769	0,539
Grande Porto (9)	0,948**	-	-	0,948	0,884
Tâmega (15)		--0,757**		0,757	0,540
Douro (19)	0,456		--0,529	0,686	0,404
Alto Trás-os-Montes (14)	-	-	-	-	-
CENTRO	0,699**	-	-	0,699	0,483
Baixo Vouga (12)	-	-	-	-	-
Pinhal Litoral (5)	-	-	-	-	-
Pinhal Interior Norte (14)	0,844**		0,208*	0,970	0,931
Dão-Lafões (15)	-	-	0,642*	0,642*	0,366
Beira Interior Norte (9)	-	-	-	-	-
Oeste (12)	0,693*	-	-	0,693	0,429
Médio Tejo (10)	0,680*	-	-	0,680	0,385
LISBOA	0,897**	-	-	0,897	0,792
Grande Lisboa (9)	0,776	-	-	0,776	0,546
Península de Setúbal (9)	0,970**	-	-	0,970	0,933
ALENTEJO	0,265*	--0,393*	-	0,444	0,168
Alto Alentejo (15)	0,526*	-	-	0,526	0,221
Alentejo Central (14)	-	-	-	-	-
Baixo Alentejo (13)	-	-	-	-	-
Lezíria do Tejo (11)	0,728*	-	-	0,728	0,478
ALGARVE	0,587*	-	-	0,587	0,298
R. A. MADEIRA	0,891**	-	-	0,891	0,772
R. A. AÇORES	-	-	-	-	-

Correlações: 0-25: fraca; 25-40: fraca/média; 40-60: média; 60-75: média/forte; 75-90: forte; + 90: muito forte.